

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Internos do Instituto Geográfico Português, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atenta a competência técnica e aptidão por si revelada para o exercício do cargo para o qual é nomeado.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007.

1 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota relativa a currículo académico e profissional

António José de Matos Silva licenciou-se em 1999 em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

De 1987 a 2002, colaborou com diversas empresas privadas, como consultor financeiro e de recursos humanos, tendo também desempenhado cargos de direcção nas mesmas áreas.

Em 2002, foi nomeado definitivamente na carreira técnica superior nos quadros da Direcção-Geral da Administração Pública.

Entre 2002 e 2007, integrou os quadros da Direcção-Geral do Orçamento afecto à Direcção de Serviços de Gestão da Informação Orçamental, prestando apoio à Reforma Administrativa e Financeira do Estado (RAFE), mais concretamente ao nível dos sistemas de informação para a gestão orçamental (SIGO) e do sistema de recursos humanos (SRH) em particular.

Despacho n.º 24 257/2007

Através do despacho n.º 47/DG/2007, de 26 de Junho, foi determinada a abertura de procedimento concursal destinado ao provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau de director de serviços de Gestão de Recursos Internos do Instituto Geográfico Português.

O referido procedimento foi publicado no *Diário da República*, na bolsa de emprego público e no jornal *Público*, em cumprimento do regime previsto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Assim, e considerando encontrarem-se concluídas as formalidades de selecção;

Considerando o teor da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento, a qual propõe a nomeação da licenciada Ana Cristina Figueiredo Ferreira de Andrade Gomes para o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Internos «na medida em que foi esta a candidata que se destacou ao nível dos conhecimentos profissionais demonstrados nas áreas relevantes para as funções a exercer, dinamismo, sensibilidade para os novos desafios ao nível da gestão pública, capacidade de expressão oral, motivação para o desempenho do cargo e compreensão das especificidades ao mesmo inerentes, revelando, assim, deter os conhecimentos profissionais, a experiência e aptidão para o efeito»;

Nomeio a licenciada Ana Cristina Figueiredo Ferreira de Andrade Gomes para o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Internos do Instituto Geográfico Português, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atenta a competência técnica e aptidão por si revelada para o exercício do cargo para o qual é nomeada.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007.

1 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota relativa a currículo académico e profissional

Ana Cristina Figueiredo Ferreira de Andrade Gomes licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1994, tendo concluído, em 2002, o curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e, em 2007, o curso pós-graduado de actualização em Legística e Ciência da Legislação, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Exerceu advocacia no período compreendido entre 1 de Outubro de 1996 e 1 de Dezembro de 1999, em particular nas áreas do direito administrativo, direito comercial e direito do trabalho. Entre 15 de Dezembro de 1999 e 30 de Abril de 2002, exerceu funções de jurista na Direcção de Justiça e Disciplina do Exército. No período compreendido entre 1 de Maio de 2002 e 23 de Abril de 2003, desempenhou funções de assessoria jurídica ao conselho de direcção do Instituto Geográfico Português, no Centro para o Planeamento e Coordenação e, em acumulação, as funções de coordenadora da área de recursos humanos do Centro para a Gestão de Recursos Internos.

Desde 24 de Abril de 2003, desempenha funções de assessora, equiparada a adjunta, do Gabinete do Ministro da Administração Interna, encontrando-se requisitada ao Instituto Geográfico Português, onde detém a categoria de técnico superior de 1.ª classe — jurista.

Despacho n.º 24 258/2007

Através do despacho n.º 49/DG/2007, de 26 de Junho, foi determinada a abertura de procedimento concursal destinado ao provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau de chefe de divisão de Regulação, Fiscalização e Acreditação, integrada na Direcção de Serviços de Planeamento e Regulação do Instituto Geográfico Português.

O referido procedimento foi publicitado no *Diário da República*, na bolsa de emprego público e no jornal *Público*, em cumprimento do regime previsto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Assim e considerando encontrarem-se concluídas as formalidades de selecção;

Considerando o teor da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento, a qual propõe a nomeação do engenheiro João Manuel Cordeiro Fernandes para o cargo de chefe de divisão de Regulação, Fiscalização e Acreditação, integrada na Direcção de Serviços de Planeamento e Regulação, «na medida em que foi este o candidato que se destacou ao nível dos conhecimentos profissionais demonstrados nas áreas relevantes para as funções a exercer, dinamismo, sensibilidade para os novos desafios ao nível da gestão pública, capacidade de expressão oral, motivação para o desempenho do cargo e compreensão das especificidades ao mesmo inerentes»;

Nomeio o engenheiro João Manuel Cordeiro Fernandes para o cargo de chefe de divisão de Regulação, Fiscalização e Acreditação, integrada na Direcção de Serviços de Planeamento e Regulação do Instituto Geográfico Português, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atenta a competência técnica e aptidão por si revelada para o exercício do cargo para o qual é nomeado.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007.

1 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

João Manuel Cordeiro Fernandes, licenciado em Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, especializado em Processamento Digital de Imagens e suas Aplicações em Cartografia, Fotogrametria e Detecção Remota pela Universidade Karlsruhe; chefe de divisão de Teledetecção do IGC de Novembro de 1989 até Março de 1994; chefe de divisão de Acreditação Cartográfica do IPCC de Março de 1994 a Março de 2002; representante do IGP nos Grupos de Trabalho EuroMapFinder (Metadados) e Euro-Specifications do Eurogeographics; membro do grupo de trabalho responsável pela elaboração das normas de produção de cartografia topográfica para as escalas de 1:2 000 e de 1:10 000; responsável técnico pela elaboração da série cartográfica nacional de imagem à escala de 1:100 000; autor de várias comunicações técnicas nas áreas da sua especialidade; participou em várias acções de formação e de divulgação de assuntos relacionados com o IGP e com a especialidade de Engenharia Geográfica.

Despacho n.º 24 259/2007

Através do despacho n.º 49/DG/2007, de 26 de Junho, foi determinada a abertura de procedimento concursal destinado ao provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão de Publicação de Informação Geográfica, integrada na Direcção de Serviços de Geodesia e Cartografia do Instituto Geográfico Português.

O referido procedimento foi publicitado no *Diário da República*, na bolsa de emprego público e no jornal *Público*, em cumprimento do regime previsto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Assim e considerando encontrarem-se concluídas as formalidades de selecção;

Considerando o teor da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento, a qual propõe a nomeação da engenheira Maria Odete Cardoso Baptista para o cargo de chefe de divisão de Publicação de Informação Geográfica, integrada na Direcção de Serviços de Geodesia e Cartografia, «na medida em que foi esta a candidata que se destacou no conhecimento individual de cada um dos funcionários desta estrutura orgânica e na sensibilidade apresentada para a sua gestão numa perspectiva do incremento da produtividade. Demonstrou ainda dinamismo, ponderação, sensibilidade para os novos desa-